Regulamentação, desregulamentação e flexibilização do trabalho na crise econômica brasileira

Gustavo V. Silva*, Dr. José Dari Krein

Resumo

A partir de 2014, com a crise econômica e política, retornou na agenda da reforma trabalhista. A pesquisa realizou um levantamento das propostas em tramitações nas casas legislativas e dos posicionamentos dos atores sociais sobre a reforma.

Palavras-chave:

Flexibilização, trabalho, regulação

Introdução

O governo federal protocolou no Congresso, Projeto de Lei Nº 6787 em dezembro de 2016 a sua proposta de reforma trabalhista¹. Esse projeto foi aprovado na Câmara com mudanças substantivas, alterando mais 200 aspectos da regulamentação vigente. É uma reforma muito mais ampla da proposta pelo Executivo. Está em apreciação no Senado Federal, sob o PLC 38/2017. Uma das hipóteses centrais é que o projeto do governo se alinha ao exigido e baseado nos argumentos neoliberais³ representados, no Brasil, majoritariamente pela proposição elaborada pela Confederação Nacional da Indústria.

O objetivo do trabalho não é, entretanto, analisar tecnicamente ou juridicamente o projeto de lei em si, mas analisar e perceber as reações e argumentos dos principais atores sociais relevantes ao tema tratado (sindicatos, patronato e governo), e, partir de mapeamentos e levantamentos, acompanhar a dinâmica do processo.

Resultados e Discussão

A pesquisa teve o intuito de sistematizar os argumentos dos agentes sociais. A primeira parte consistiu no levantamento das posições dos sindicatos, representantes da indústria e Governo, publicados nos meios de comunicação.

Tabela 1. Mapeamento dos argumentos das principais confederações patronais

Projetos de Lei	CNI	FIESP	CNC	Fecomércio-SP
PL 6787/2016 Reforma Geral	Principal arquiteta do projeto, desde os anos 90, a CNI vê o projeto como benéfico para as relações trabalhistas	Segundo o presidente da Fiesp, Paulo Skaf, o anúncio da medida é o começo da modernização trabalhista no país. Segundo ele a CLT é velha e não acompanha as mudanças do mundo do trabalho.	O setor tem interesse no que chama de 'modernização das leis trabalhistas'. As propostas para a CNC são positivas e visam preservar empregos.	Apoia totalmente a reforma, afirmando que, a partir desta, será possível "a retomada da economia" e "geração de empregos".
PL 4193/2012 Prevalência do negociado sobre o legislado	A CNI muitas vezes apresenta a ideia de que se trata do único caminho para a saída da crise, tão confiante a sua fé no projeto. Afirma que a negociação prevê segurança para os negociantes, e flexibilidade para se chegar em acordos.	A Fiesp apoia esta medida, argumentando que através da negociação sempre chegase no acordo melhor, e que através dela valoriza-se o trabalhador.	Em razão da segmentação das atividades de serviços, tem-se a necessidade de acordos coletivos que levem em conta as especificidades de cada setor.	Apoiam a prevalência do negociado que serviria como recurso que incentiva o diálogo e possibilita que empregados e empresas disponham os seus interesses, garantindo a proteção e manutenção dos interesses de ambas as partes
PL 3785/2012 Trabalho intermitente	-	-	Mais da metade dos Empresários deste setor são favoráveis à proposta. O argumento principal é de que o nível de emprego seria aumentado.	É favorável à proposta, afirmando que o projeto servirá para a criação de empregos, diminuindo a informalidade do emprego, principalmente no setor de serviços, afirma.

A partir das informações foi possível construir um quadro das posições das principais centrais sindicais (CUT, UGT, CTB, Força Sindical, e CSP/Conlutas) e das entidades empresariais (CNC, CNI, FIESP, CNA), com destaque as do setor industrial.

Tabela 2. Argumentos das principais centrais sindicais

Projetos de Lei	Força Sindical	CUT	UGT	CTB	CSP- Conlutas
PL 6787/2016 Reforma Geral	Esta central, no começo, rechaçou a ideia de reforma proposta pelo governo, mas, depois algum tempo, mostrou interesse e aceitou muitos dos pontos propostos.	A CUT é contra o projeto de lei que prevê a reforma trabalhista, mas começa a negociar com o governo.	A UGT, quando a proposta foi anunciada, rejeitou-a totalmente. Agora, um mês depois, admite a negociação com o governo.	A CTB criticou o projeto que prevê a reforma, afirmando que tratava-se de um "enfimismo para a retirada de direitos". A proposta do governo teria a exclusividade de poder retirar-se direito via negociação, uma vez que já está definida na constituição o papel da negociação coletiva.	A CSP foi e está contra a reforma trabalhista, inclusive negando a negociação com o governo com a insígnia de greve geral.
PL 4193/2012 Prevalência do negociado sobre o legislado	A FS desde o começo, mesmo em suas críticas, aceitou a reforma como dada. Aos poucos foi aceitando e buscando a 'negociação com o governo' das pautas da reforma. A força admite que considera a prevalência do negociado uma vitória para o movimento obreiro.	O projeto apresentando não contempla muitos trabalhadores, que não teriam a representatividade sindical proposta, pois grande parte das empresas possui menos de 200 empregados. Trabalhadores e sindicatos seriam enfraquecidos, havendo perda de direitos.	A UGT, inicialmente, repudiou a reforma que se buscava no negociado sobre o legislado afirmando que o governo estaria, motivado pela crise, protegendo o empresário e condenando o trabalhador.	A CTB, em reunião com Ronaldo Nogueira, mostrou que a reforma retira direitos dos trabalhadores, portanto, se opôs às medidas anunciadas pelo governo.	Esta central está absolutamente contra a reforma do governo, inclusive e principalmente, a prevalência do negociado.
PL 3785/2012 Trabalho intermitente	Ponto de, aparentemente, discordância, pois, segundo Fatah, criaria uma condição de trabalho análoga à escravidão.	As condições de trabalho seriam análogas à escravidão; o trabalhador seria usado como máquina.	A UGT é contra a jornada intermitente de trabalho, que criaria situação análoga à escravidão.	Citando as notas técnicas do MPT, a CTB afirma que esta medida é inconstitucional.	Afirma, baseando-se no estudo do Ministério Público do Trabalho, que trata-se de um contrato de remuneração flexível, não somente de jornada, em que o trabalhador não tem garantia de trabalho nem de remuneração.

Conclusão

As confederações patronais, aliadas ao governo, detêm a narrativa favorável à reforma. Enquanto os sindicatos analisados – ainda que de formas e conteúdos heterogêneos – apresentam uma posição contrária. As justificativas apresentadas à favor, tendem a apelar para termos relacionados à competitividade, aumento do emprego, crescimento econômico de forma abstrata e ideológica.

A tendência da reforma é reduzir direitos e piorar as condições de trabalho. Não resolve os problemas básicas do mercado de trabalho.

¹ Projeto de Lei Nº 6787 – Câmara dos deputados (Versão Inicial)

² Projeto de Lei Nº 6787 com a nova emenda

³ KREIN, J.D. O aprofundamento da flexibilização das relações de trabalho no Brasil nos anos 90. Dissertação, Instituto de Economia da Unicamp, 2001.